

Violência e controle da informação

RESUMO

As guerras não se travam apenas no campo de batalha, mas também nas dimensões ideológicas e psicológicas. Este artigo analisa a necessidade, neste cenário, de motivar-se os soldados e angariar a opinião pública a partir do controle da informação. Alguns exemplos são observados.

ABSTRACT

War does not happen only in the battlefield but also in the ideological and the psychological dimensions. This article analyses the need to motivate the soldiers and control public opinion through information. Some examples are also discussed in this paper.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

- Desinformação (*misinformation*)
- Manipulação (*manipulation*)
- Violência (*violence*)

A GUERRA PSICOLÓGICA não é uma invenção recente. Ela surgiu logo após a Revolução Francesa, a partir do momento em que o choque entre dois exércitos de mercenários, que lutavam por um território, deu lugar a um exército recrutado que luta para defender ou propagar idéias e instituições. A partir do momento em que não era mais o soldo que retinha o soldado (a etimologia do termo refere-se à forma do seu salário), tornou-se necessário motivá-lo de outra maneira. Por exemplo, convencê-lo a combater por princípios; “liberté, liberté chérie, combats avec tes défenseurs”, canta *La Marseillaise*. Até então, um soldo garantido era a certeza de bons combatentes. A partir daí, a moral das tropas passou a fazer parte das inquietações do Estado Maior, preocupado com a fragilização ou mesmo a fuga em debandada de um exército pouco motivado.

Esta preocupação mantém-se até hoje. O desmoronamento das forças armadas americanas no Vietnã deve-se à desmoralização das tropas, que não sabiam mais nem por que nem por quem combatiam, refugiando-se na droga ou no desânimo. A questão foi parcialmente remediada com a possibilidade de renúncia ao recrutamento e ao serviço militar obrigatório, que largava, nos territórios de combate soldados excessivamente vulneráveis de um ponto de vista psicológico, muito próximos a uma população civil com reações imprevisíveis. Mas a resolução do problema é parcial, e é este mesmo fenômeno que ameaça hoje a presença dos militares americanos no Iraque.

Motivar as tropas num século de guerras essencialmente ideológicas era fundamental. Paralelamente, não menos importante era desmotivar ou subornar as tropas adversárias, objetivando sua rendição (e tentando impedir, ao mesmo tempo, o inimigo, real ou potencial, de atingir o mesmo objetivo). Foi assim que os inquéri-

Michel Crespy*

Montpellier III

tos sobre a personalidade eliminaram sistematicamente (e ilegalmente), das promoções de oficiais (e mesmo das promoções da Escola Nacional de Administração), na França ou nos Estados Unidos, toda pessoa suspeita de simpatizar com ideais comunistas: para não passar o comando a possíveis agentes duplos. É verdade que existem precedentes: um exército russo decrepito, insuflado pela propaganda comunista em 1917; a falta de entusiasmo do contingente francês na Argélia entre 1956 e 1962; a reviravolta do exército português cansado das guerras em Angola e Moçambique em 1974. A história é testemunha, em múltiplas reprises, da queda de poderosos exércitos, minados do seu interior por uma propaganda oposta aos objetivos designados por seus chefes.

Entretanto, a guerra psicológica não poderia se limitar a aspectos puramente militares. Conseqüentemente, não se trata mais de um campo de batalha claro e delimitado, terreno de encontro da ordem de dois exércitos. No interior das terras onde a guerrilha urbana domina, os objetivos civis e militares se misturam estreitamente, não se podendo abstrair as populações civis. Repletas de opiniões políticas, elas têm papel fundamental em combates essencialmente políticos.

Essa situação é bem representada em uma vinheta célebre da Primeira Guerra Mundial, onde dois barbudos entrincheirados se perguntam paradoxalmente, a respeito dos civis, que estão atrás: “eles vão agüentar?”. De fato, se eles não agüentarem, as conseqüências serão desastrosas. A Alemanha perdeu esta guerra em 1918, em razão de desobediência civil, sem que tenha havido algum fracasso militar claramente reconhecido (circunstância que não seria esquecida pelos ex-combatentes, durante a fermentação do nazismo), enquanto, durante a Guerra Civil espanhola, o apoio de uma parte da população à insurreição militar permitiu a vitória dos generais rebeldes. Um pouco mais tarde, durante o segundo conflito mundial, os com-

batentes atacam diretamente a população civil, na intenção explícita de desestabilizá-la moralmente: Coventry será arrasada por uns, Dresde por outros. Organizações terroristas no sentido estrito, agem com o objetivo definido de aterrorizar a população civil que, uma vez traumatizada, chocada, cansada da guerra, retira seu apoio às forças armadas. Certamente foi isso o que os terroristas islamitas visaram nos atentados de Madri em 2004 e em Londres.

A guerra da Argélia (1954-1962) foi um campo de aplicação destas novas concepções, a tal ponto que técnicos militares franceses que se destacaram foram consultados por vários governos, da América Latina notadamente, a respeito de técnicas anti-terroristas e de anti-guerrilha. No entanto, o aprendizado desta guerra é totalmente completo, uma vez que o exército francês viu-se obrigado a retirar-se, enquanto se dizia, ao contrário, convencido do controle territorial. Não ocorreu um fiasco militar, mas sim uma derrota política provocada pela população civil (neste caso, na metrópole), que não aprovava mais os sacrifícios exigidos pela guerra.

Ou seja, manter o fronte - e mesmo ganhar militarmente (como os Americanos no Iraque) - é apenas o prelúdio de uma penosa retirada, se a população civil não apoiar o esforço militar. De um modo geral, isso é verdadeiro mesmo nos regimes não-democráticos ou pouco democráticos, da Rússia tsarista a Portugal de 1974. É ainda mais verdadeiro nos regimes democráticos, onde existem eleições periódicas nas quais o exercício do poder executivo é julgado e aprovado ou não pelas urnas, e, ao mesmo tempo, mídias livres e independentes, que são capazes de servir de eco ao descontentamento civil - e de amplificar-lhes, em certos casos. Disso decorre um esquema simples: as mídias colocam a guerra em cena, fornecem ao eleitor as mensagens que vão contribuir para formar sua opinião (sem construí-la inteiramente), e o eleitor assim formado vai manifestar sua aprovação ou, ao contrário, sua

oposição, em manifestações de rua, através do voto, ou até de sondagens, opinião que vai, em seguida, determinar o apoio ou não à guerra dos dirigentes políticos. A consequência é que os militares são afastados por completo do mecanismo que decide finalmente o resultado da guerra, substituídos pelos fornecedores de informações capazes de influenciar a opinião pública.

Ora, a informação não é uma simples duplicação neutra do evento. Ela é encenação, escolha de uma perspectiva, dramatização, personalização. Ela mexe com a emoção, especialmente através das imagens que ela difunde, e mais ainda quando essas imagens de violência têm impacto sobre uma sociedade que suporta cada vez menos a violência de seu cotidiano, que não suporta mais a exibição da morte violenta, que já não suporta mais no seu dia a dia o espetáculo da morte oculto pelas paredes dos hospitais.

Refletindo sobre suas derrotas, os militares não deixaram de considerar esses fatos. E é por isto que eles rapidamente integraram a idéia de controle da informação, e especialmente da imagem, que passa a ser um objeto da maior importância. Dessa forma, no dossiê intitulado *Guerre de l'information ou maîtrise de l'information*, o *Casoar*, revista dos veteranos da escola militar de Saint-Cyr que forma o Estado Maior das forças armadas francesas, publicou: "A gestão das mídias ocupa doravante, para os militares, um lugar capital. Em caso de conflito, tanto é importante o controle da informação, quanto a condução das ações sobre o terreno"¹. O Estado Maior descobre, assim, a importância do espetáculo, já descrito por Guy Debord². Não se trata mais, como é regra nos golpes de Estado, de capturar os emissores de informação (estações de rádio e TV) para impedir o adversário (interior: aquele que é contrário à guerra) de difundir suas mensagens. Trata-se de controlar a informação, de condicioná-la e de desviá-la, para que ela colabore com os objetivos militares e assegure em princípio o apoio da opinião pública nas operações militares, condição indispensá-

vel para sua realização. Neste sentido, a informação é uma arma, uma modalidade determinante da violência militar.

A partir desta constatação se esboça uma estratégia. Durante a guerra do Kosovo, a OTAN organiza sessões de conferências cotidianas com os jornalistas, através de seu porta-voz Jimmy O'Shea, que se torna assim uma vedete midiática. Ao mesmo tempo em que a informação oficial é reforçada, impede-se a imprensa de procurar uma informação alternativa. Apenas dois jornalistas se encontram no Kosovo depois do início da ofensiva da OTAN. No momento em que a OTAN anuncia que os Sérvios lotaram o estádio de Prístina de reféns Albaneses, um dos jornalistas escreve que ele se encontra em Prístina no momento e que o estádio está vazio. Este depoimento de um único observador direto não tem repercussão alguma sobre a mídia. Quanto a Régis Debray, visitando a Iugoslávia e Kosovo, suas reportagens relatando a realidade das coisas serão unanimemente vaiadas. Alguns lhe acusarão mesmo de ser um agente secreto inimigo infiltrado, o porta-voz da propaganda de Milosevic, como os intelectuais franceses dos anos 1930 foram em relação a Stalin ou Hitler; os mais indulgentes falarão de ingenuidade.

O mesmo fenômeno aparece no pretendido "massacre" de Timisoara na Romênia. Enquanto as notícias de última hora, acreditando nas declarações dos anti-Ceausescu falavam das revoltas sangrentas de Timisoara, o enviado especial do *Libération* telefonava a seu jornal declarando que a cidade estava na mais perfeita calma. Depois de uma breve hesitação, o redator chefe preferiu publicar a verdade oficial e negligenciar o testemunho de seu próprio jornalista.

Para certificar-se de que a verdade oficial não corra o risco de ser desmentida através de outras imagens, a OTAN, durante esta guerra de Kosovo, que bem nos serve como exemplo, bombardeia os estúdios da televisão sérvia, matando vários jornalistas, a fim de "vedar a propaganda inimiga de imagens". Quando se critica os jorna-

listas franceses, habitualmente preocupados em assegurar a liberdade de imprensa, por não terem protestado sobre esse impressionante atentado contra o direito a uma informação contraditória, o apresentador do canal de TV France 2 responde, com certo constrangimento: “mas nosso país está em guerra, e devemos apoiá-lo.”

A tática, que consiste em fornecer imagens oficiais e em impedir a realização de imagens alternativas, desenvolveu-se de maneira espetacular durante a guerra do Kosovo. Ela se renovou no momento da primeira guerra do Iraque. Nessa época, os jornalistas foram impedidos de acessar a frente das operações. Isso será visto como expressão de um imperativo militar: as forças aliadas queriam dar a entender que atacavam o litoral, quando, de fato, elas se espalhavam pelo deserto, em um movimento estratégico que não poderia ser revelado. Entretanto, na ocasião da segunda guerra do Iraque, esse procedimento continuou, e até foi reforçado. Utilizando o pretexto da segurança, os jornalistas desejosos de cobrir o evento foram “*embeded*” (literalmente: incrustados) nas tropas americanas, filmando unicamente a visão americana dos acontecimentos. Aqueles que quiseram trabalhar em Bagdá de maneira independente pagaram caro: um tiro de canhão destruiu um andar do hotel onde se hospedavam os jornalistas, matando vários deles, e o comando militar americano constatou que isso não teria acontecido se eles tivessem seguido as recomendações.

Bombardear um estúdio de televisão, alvejar um hotel de jornalistas: não se recua diante de nada para se assegurar a posse desta arma decisiva, o controle total da informação. Ainda hoje, é proibido filmar os esquifes do *GI's* (soldados) mortos no Iraque, por medo do efeito negativo que as imagens mórbidas possam provocar sobre a opinião pública.

Contudo, se dirá que se trata de excessos resultantes de um estado de guerra. Se o exército, em tempos de paz, dispõe de um serviço de comunicação da informação

(na França, o SIRPA) que, como todo serviço de administração ou de empresa, tem como objetivo difundir uma imagem favorável, e esconder o máximo possível os aspectos negativos, somente em tempos de guerra estes fenômenos extremos de coação da informação aparecem. Sem dúvida.

Porém, um problema aparece quando se trata de definir o estado de guerra. A definição jurídica não corresponde, de fato, à realidade do terreno. Na França, a guerra deve ser autorizada por um voto do Parlamento³. Mesmo que a França tenha estado envolvida militarmente em numerosos conflitos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, jamais o Parlamento foi consultado após 1939: nem para guerra da Argélia (considerada, na época, como uma operação policial e que só foi reconhecida como guerra em 1999, 37 anos depois do seu fim), nem para as intervenções na África, em Kolwesi, no Tchad, recentemente, na Costa do Marfim, no Líbano, etc, consideradas como “proteção aos civis franceses” ou como uma ajuda pontual aos governos amigos, nem também para a primeira guerra do Iraque, do Afeganistão ou da guerra do Kosovo – em relação a esta última, que era claramente uma guerra, o Parlamento foi “informado”, no entanto, a declaração de guerra não foi proposta pela estranha razão de que a França fazia a guerra a um homem, Milosevic, e não a uma nação. Baseando-se neste raciocínio, poderíamos ter nos absterido de uma declaração formal de guerra em 1939, sob o pretexto de que a França combatia o chanceler Hitler e não o povo alemão.

Quer dizer que, seja como for, a guerra não possui um estatuto jurídico satisfatório. É por isso que o governo americano não reconhece como prisioneiros de guerra os afegãos ou os iraquianos detidos em Guatanamo, e que não se aplica a Convenção de Genebra. Mas esta obscuridade jurídica é, em si, significativa: nossas sociedades democráticas têm horror à guerra, elas não a consideram mais como uma fatalidade natural, inevitável, mas como

uma aberração pontual que deve ser eliminada. Isso, sem dúvida, resulta do progresso do conforto material e moral, bem como do fato de o território nacional não estar sobre ameaça já há um longo tempo: três gerações.

Contudo, mesmo sendo negada juridicamente e repudiada moralmente, a guerra está sempre presente: logo após a guerra contra o fascismo, teve início a Guerra Fria contra o comunismo e em seguida, tão logo esta chega a seu término com a queda do muro de Berlim, começa a guerra contra o extremismo islâmico depois do 11 de setembro, enquanto dezenas de conflitos armados continuam a existir sobre a superfície do planeta ao alvorecer do século XXI. Embora se considere a guerra como um arcaísmo aterrador, embora orgulhem-nos de meio século de paz na Europa, a guerra, na realidade, jamais teve fim. Ela apenas assumiu formas diferentes: guerra da Argélia, intervenções limitadas no exterior, distantes do território nacional e operadas por unidades profissionais especializadas, RPIMa, 11^o Choc, etc⁴, mandatos supranacionais (da ONU, da OTAN) e, finalmente, a luta contra o terrorismo. Nos últimos dez anos, as tropas francesas intervieram no Kosovo, na Costa do Marfim, no Afeganistão, em Granada: nada mal para países que estão em paz. Depois da destruição do World Trade Center e da teoria dos “états voyous” ou “estados malandros” a punir, a violência militar estende-se ainda mais. O presidente Bush proclama a guerra do Bem contra o Mal, as televisões americanas anunciam depois do 11 de setembro: “*America under attack*”, América sob ataque.

Mas se, num primeiro momento, o reflexo nacional se motiva para cerrar os punhos, a questão da legitimidade da guerra é rapidamente colocada. Bush foi reeleito, é certo, mas assume seu segundo mandato com a mais baixa cota de popularidade de um presidente americano reeleito; Blair sofre um claro recuo (em porcentagem, o único que faz sentido), enquanto o governo

espanhol de Aznar perde as eleições por ter mentido sobre a questão dos atentados de Madri. Não se pode mentir a respeito da guerra e da violência: os danos eleitorais são bastante graves. Ou melhor, não se pode arriscar, tentando convencer pela mentira uma sociedade que erigiu a transparência como valor supremo. Conseqüentemente, os serviços de investigação militar devem fazer uma pressão ainda maior sobre a informação. Se não se pode justificar o injustificável, é necessário dissimulá-lo. A determinação é a condição que leva um governo a declarar a guerra – e, se a situação se degrada, é a condição da sobrevivência política desse governo. Sem essa determinação, sustentada pelo apoio da opinião pública, o fracasso político substituirá, de maneira ainda mais eficiente, o fracasso militar. Não é mais no campo de batalha que se ganha ou que se perde uma guerra, e sim através das colunas de jornais e das câmeras de televisão.

Entretanto, existe uma condição essencial: que a guerra se desenrole exteriormente ao território nacional. Quando ela se produz sobre este solo, ela determina uma união imediata da população contra o invasor ou atacante – foi este fenômeno que os americanos subestimaram no Kosovo, no Iraque e no Afeganistão, no mesmo momento em que a administração americana se utilizava de um similar sentimento patriótico depois do 11 de setembro.

Em compensação, em todos os outros casos, de longe os mais numerosos, a guerra exterior necessita do apoio da opinião pública, que tem como base as informações. É mesmo inevitável que, à violência militar que é uma conseqüência da guerra, junte-se uma violência moral na manipulação voluntária da informação, que passa a ser ela própria uma arma.

O exemplo das tortuosas explicações da guerra do Iraque é particularmente relevante. Para legitimar um ataque, preparado um ano atrás por outras razões, o gabinete de Bush inventou a fábula das armas de destruição em massa que ameaçariam

diretamente a América, e tentou depois estabelecer uma relação imaginária entre Al-Qaeda e Saddam Hussein. Ora, a ruína do exército americano no Iraque causou o descrédito destas informações; no outono de 2005, a maior parte da opinião pública não acreditava mais nem numa nem noutra versão. A sanção política é imediata: em face de uma forte queda na curva de popularidade, uma parte dos Republicanos que apoiavam Bush se afasta, preocupada em salvar seus lugares nas próximas eleições, e a base política, indispensável à continuidade da guerra, se desintegra. Novos atentados contra o solo americano poderiam reavivá-la por algum tempo; eles significariam então que Bin Laden, por razões longas demais para serem expostas aqui, desejaria, na realidade, a continuação da guerra no Iraque, já que ele favoreceria as condições deste conflito.

O Estado, na teoria democrática, é o único a dispor da violência, porque sua violência é necessária e legítima: necessária para responder às agressões (à delinquência interna tanto quanto à invasão externa) e legítima porque é concedida livremente pelos cidadãos dos países democráticos. O que é verdadeiro no que diz respeito à polícia serve também ao exército. Ele também dispõe do monopólio da violência em relação aos emigrantes estrangeiros, como a polícia em relação aos seus próprios emigrantes. Mas ele deve também, a todo o momento, legitimar esse monopólio da violência. Quando ele a exerce real e visivelmente: ninguém contesta um exército em repouso num contexto pacífico, nem mesmo uma força de interposição como a da ONU. Em compensação, logo que a intervenção de um exército num palco exterior arrisca a vida de soldados e favorece, assim, a erupção de espetáculos televisivos de violência, é conveniente relegitimar sua ação. É aí que a informação se torna crucial, tratando tanto dos motivos da intervenção militar quanto das suas modalidades. A opinião exige uma violência a menos violenta possível (se podemos utilizar este oxímoro).

O controle da informação permite modular não a própria violência, mas o espetáculo da violência, tanto quanto justificá-la. É por isso, por exemplo, que serão censuradas as imagens dos confrontos no solo, nos edifícios ou dos corpos, contentando-se as redes de televisão com imagens fantasiosas de um trovão simbólico, de abstratos relâmpagos no céu de Bagdá ou de decolagens nos porta-aviões. Entretanto, nada de corpos despedaçados ou inchados, nada de mãos em lágrimas, nem de civis esquartejados, de prisioneiros torturados, ou membros amputados. De Kosovo ou do Iraque, para citar apenas os dois últimos grandes conflitos, vimos, da violência, apenas as aparências de um *video game*, um fantasma eletrônico sem nada de humano. No mais, toleramos uma reportagem escrita, as palavras tendo infinitamente menos impacto que as imagens.

O controle militar da informação conduz ao ocultamento total do espetáculo da violência enquanto, por outro lado, ela é legitimada: será que é correto prognosticar, desde então, a continuação e a acentuação de tais fenômenos? Talvez não. A novidade da informação pós-moderna é, com efeito, o surgimento de meios de coleta e difusão de informações autônomas, ou mesmo pessoais. As câmeras de vídeo se generalizam, permitindo filmar imagens proibidas, e é fácil, em seguida, difundir seu conteúdo pela internet se as redes de televisão as recusam, liberando-as, assim, a milhões de pessoas que as duplicam e retransmitem. É dessa forma que se desenvolve a informação paralela, criada essencialmente por indivíduos isolados, que toca todos os domínios – e naturalmente, também aquele da guerra. Essa mídia não é mais a mídia de massa, na sua definição clássica, nem tampouco são meios de comunicação interpessoal: é um novo fenômeno, pertencente a uma terceira categoria. Isto não impede que esse novo setor desenvolva-se e represente, no presente, uma parte importante da informação, com a particularidade de ser totalmente fora de controle. Para os militares, esse desenvolvimento é uma fonte

de preocupação importante, que reduz sensivelmente – sem dúvida e a cada vez mais – a possibilidade de controle da informação, condição do exercício da violência. O resultado pode ser uma redução do número e da intensidade de conflitos, que não seriam então possíveis, a menos que estivessem dentro de uma total e incontestável transparência dos seus motivos e modalidades concretas, devido às múltiplas fontes de informação, disseminadas por todos os lugares, contornando a informação midiática, a qual exerce influência com mais facilidade. Existem ainda outros cenários, mais pessimistas, que consideram o controle dos meios de comunicação também pelo viés das medidas cerceadoras da liberdade, e, entretanto, aprovadas porque apóiam-se nas leis apresentadas como anti-terroristas (como o *Patriot Act*). Não é de surpreender que, ao final destas rápidas notas, reencontre-se o eterno conflito entre violência e liberdade •

Notas

Texto traduzido do francês por Clélia Pinto

* Professor de Sociologia na Universidade Paul Valéry – Montpellier III. Contato: michel.crespy@univ-montp3.fr

1 *Le Casoar*, N°152, juillet 2001.

2 DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1996 [Buchet-Chastel, 1967].

3 Artigo 35 da Constituição da V República.

4 RPIMa: Regimento Paraquedista de Infanteria de Marina. 11e Choc: Régimento de Ação do SDECE (serviço de contra-espionagem).